

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Liberal Class.: Empresários (Amazônia)
Data 19/02/83 Pg.: 04

Lucio Flavio Pinto

4468

Os empresários e a Amazônia

"Que interesse existe em se realizar somente grandes projetos econômicos se a sociedade regional fica cada vez mais pobre, acumulando-se os adensamentos humanos nas periferias e nas baixadas das grandes, médias e até mesmo pequenas cidades amazônicas?"

O questionamento já não é feito apenas por grupos identificados como opositores do modelo de ocupação em vigor na Amazônia: ele consta de um documento - "ocupação produtiva da área rural da Amazônia" - produzido pela Federação das Indústrias do Pará, que ontem foi discutido no último seminário, de uma série de oito, que a Fiepa promoveu.

Os empresários paraenses parecem ter perdido definitivamente à ilusão de usufruir, ainda que como parceiros secundários, de uma política orientada para gerar excedentes exportáveis de matérias-primas e insumos básicos. Os elos de ligação dessa atividade econômica estão integralmente fixados fora da região. Para implementá-la, é necessário recorrer a volumes de capital que inexistem aqui dentro. Logo, não havendo identidade entre a região e esse modelo, os efeitos dificilmente serão nela enraizados. O objetivo é o da drenagem. A Amazônia é apenas o palco eventual dessas gigantescas operações de saque.

Descobrem os empresários que no meio rural da Amazônia "encontram-se grandes quantidades de unidades de produção familiar, que precisam também de políticas capazes de assegurar a sua fixação na terra, através da viabilização econômica de suas produções". Os empresários, que, naturalmente, não encontram tal proteção na política oficial, ainda acreditam, no entanto, na possibilidade e conveniência de que "se harmonizem na Amazônia o pequeno, o médio e o grande empreendimento, para que se evite (...) distorções que tenham ocorrido em outras regiões do país, tal como a triste figura dos bóias-frias".

Para que isso não ocorra, será preciso alterar a política econômica em curso. O empresariado raciocina com base em aperfeiçoamentos do que está sendo feito, na realização de reformas internas capazes de corrigir o que, na ótica deles, é efeito perverso do objetivo perseguido, nobre em si mesmo.

Amostra típica desse tipo de raciocínio é exemplificada na posição do documento a respeito dos incentivos fiscais. Apesar dos incentivos fiscais e financeiros estarem sendo o grande vetor da atividade empresarial na região, a grande maioria dos empresários rurais da Amazônia encontra-se alijada do acesso aos mesmos, o que agrava ainda mais o quadro de alternativa para este empresariado".

Na verdade, não é apesar dos incentivos, mas por causa dos incentivos que não há um acesso mais democrático a fontes de financiamento mais vantajosas e não se obtém melhores rendimentos dos investimentos públicos. A política de incentivos não deveria ser entendida como aplicação a fundo perdido, a não ser que os investimentos se destinassem exclusivamente a obras de infra-estrutura, que beneficiam a todos. Dirigida para empreendimentos privados, essa política deveria gerar reposição de recursos para o fundo estatal (o Finam, no caso), a fim de que ele não ficasse bloqueado pelas grandes corporações (que aplicam diretamente seu imposto de renda no projeto próprio), chegando assim ao financiamento das pequenas e médias empresas, conforme a aspiração do documento da Fiepa. A reformulação, portanto, deve ser muito mais profunda e ampla do que a sugerida pelo documento da classe empresarial.

Os empresários procuraram, desta vez, não manifestar apenas um ponto de vista específico, mas também expressar os interesses de toda a sociedade amazônica. Evidentemente, nem sempre conseguem atingir a meta, esbarrando nas imposições de uma ótica circunscrita ao empresariado, mas às vezes resvalando para um regionalismo que, na ânsia de beneficiar-se, compromete a justiça de suas teses.

Não aceitam, por exemplo, que as regiões de floresta densa sejam contraindicadas para a atividade pecuária, porque "isto prejudicaria grandemente as unidades federativas da Amazônia Ocidental, as quais têm a maioria de sua extensão territorial ocupada exclusivamente por florestas densas". Ter mata compacta seria, então, azar? Claro que não: todos os dados disponíveis sobre a conversão de florestas densas em pastagem desaconselham essa opção, ainda mais quando sob árvores exuberantes existe um solo que vive da contribuição vegetal e não de sua própria estrutura genética, como é o caso da Amazônia Ocidental. Esta situação exige, como evidência do bom senso que não pode ser contraditada, a silvicultura. O contrário seria buscar uma equanimidade econômica incompatível com a diversidade geográfica ou ecológica.

Com seus erros e acertos, o documento significa um avanço na reflexão sobre temas candentes do desenvolvimento regional, descartando, como ultrapassadas, velhas noções sobre a ocupação do interior amazônico. Os empresários querem o debate, mas pretendem, acima de tudo, "participar do processo decisório". Uma aspiração de toda a sociedade que se espera, afinal, ver atendida.